

Prefeitura contesta recuperação do Jockey e aponta risco aos cofres

Município questiona legalidade do processo e cita impacto de R\$ 800 milhões

A Prefeitura de São Paulo entrou na Justiça para contestar o processo de recuperação judicial do Jockey Club e solicitou a suspensão da decisão que autorizou o andamento do caso. Segundo o Município, a entidade acumula débitos tributários que ultrapassam R\$ 800 milhões, valor considerado relevante para as contas públicas da capital.

De acordo com a administração municipal, a manutenção da recuperação judicial pode trazer impactos diretos à arrecadação, ao dificultar a cobrança da dívida e alongar prazos para eventual pagamento. Na avaliação da Procuradoria Geral do Município (PGM), esse tipo de mecanismo tende a reduzir a efetividade da recuperação de créditos, uma vez que estabelece condições mais favoráveis ao devedor e impõe limites à execução fiscal.

O entendimento do Município é de que o instrumento jurídico não deveria ser aplicado ao caso. Isso porque, conforme a interpretação apresentada, a legislação brasileira restringe a recuperação judicial a empresas que exercem atividade econômica, não incluindo associações civis sem fins lucrativos — categoria na qual o Jockey Club se enquadra. A Prefeitura afirma que essa leitura está alinhada a decisões recentes de tribunais superiores.

Outro ponto levantado é o possível precedente jurídico. Para a administração municipal, permitir que uma entidade sem fins lucrativos utilize o mecanismo poderia abrir espaço para que outras instituições adotem a mesma estratégia como forma de postergar ou evitar o pagamento de tributos.

Diante desse cenário, o Município defende a interrupção do processo e afirma que poderá adotar outras medidas judiciais



Porfírio Menezes/JCSP

Corrida de cavalos no Jockey club; Gestão municipal pediu suspensão de decisão sobre o caso



Divulgação / Elysium Cultural

Arquitetura da entrada principal do Jockey Club de SP, na Avenida Lineu de Paula Machado

para garantir a recuperação dos valores devidos. A gestão municipal também sustenta que a continuidade da recuperação judicial pode comprometer o interesse público, especialmente em um contexto de necessidade de recursos para investimentos em áreas essenciais.

Paralelamente à disputa judicial, o Jockey Club é alvo de uma auditoria iniciada pela Prefeitura no final do ano passado. O objetivo é apurar a destinação de cerca de R\$ 61 milhões obtidos pela entidade por meio da venda de Transferência do Direito de Construir (TDC). Segundo o Município, os recursos deveriam ter sido aplicados na recuperação da infraestrutura do clube, mas até o momento não houve comprovação detalhada sobre o uso do montante.

Para a administração municipal, a ausência de informações claras sobre a aplicação desses recursos reforça preocupações relacionadas à situação financeira da entidade e à necessidade de maior rigor na fiscalização.

A Transferência do Direito de Construir é um instrumento previsto na legislação urbanística que permite a negociação do potencial construtivo de um imóvel. Em geral, é utilizada em situações em que o proprietário enfrenta restrições para edificar, como no caso de imóveis tombados. Nesses casos, o direito de construir pode ser transferido a terceiros, mediante compensação financeira.

O processo segue em análise na Justiça, e ainda não há decisão definitiva sobre o pedido da Prefeitura. Enquanto isso, o caso levanta discussões sobre os limites da aplicação da recuperação judicial e seus possíveis impactos sobre a arrecadação pública e a segurança jurídica em situações envolvendo entidades sem fins lucrativos.

Henrique Cesar/Prefeitura de SP

Obras contra enchentes avançam no Morumbi

As obras de drenagem no Córrego Antonico, no Morumbi, na Zona Oeste de São Paulo, avançam com a implantação de um sistema integrado para reduzir alagamentos recorrentes na região. A intervenção reúne dois reservatórios de contenção, conhecidos como piscinões, além de novas galerias pluviais e trechos de canalização, com investimento total estimado em R\$ 335 milhões, em parceria entre Prefeitura e Governo do Estado.

O projeto retenção de até 173

milhões de litros de água, beneficiando cerca de 87 mil moradores em áreas historicamente afetadas por enchentes, especialmente em períodos de chuvas intensas. A região sofre com alagamentos frequentes devido à topografia e à contribuição de águas vindas de bairros vizinhos, como Paraisópolis.

Um dos reservatórios está em construção com previsão de entrega até dezembro. A estrutura terá cerca de 17 metros de profundidade e capacidade equivalente a dezenas de

piscinas olímpicas. Também estão há obras de novas galerias na Rua Senador Otávio Mangabeira.

O segundo reservatório e intervenções em vias próximas são executados pelo governo estadual. Após a conclusão, a área de um dos piscinões deverá receber cobertura e dar lugar a um espaço público.

Estudos viários na região estão em desenvolvimento e pretendem melhorar a circulação nas avenidas Giovanni Gronchi e Jules Rimet e no entorno.



Projeto prevê retenção de até 173 milhões de litros de água